



Casildo Maldaner

Para Maldaner, reformas estão claudicando

"A Nação se encontra impaciente, porque várias reformas estão indo muito devagar, estão claudicando", afirmou ontem o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC), ao reassumir seu mandato, depois de passar quatro meses afastado da Casa, por motivo de licença. Ele disse estar imbuído dos melhores propósitos a fim de colaborar com a intensificação dos trabalhos legislativos, para que o Parlamento não continue adiando a votação de matérias importantes.

- Creio que, a par da vontade de trabalhar em conjunto, precisamos nos esforçar bastante porque há várias propostas que estamos debatendo desde 1995 - salientou.

Como exemplo, Maldaner citou as propostas de reforma tributária e previdenciária, afirmando que essas são questões fundamentais que ainda não foram votadas. "O governo diz que, sem essas reformas, nós não avançaremos. Mais uma vez somos convocados para decidir uma pauta de matérias consideradas urgentes. Se adiarmos questões debatidas aqui há mais de ano, isso será inexplicável", frisou.

Ato da convocação provoca polêmica

Sarney considera constitucional inclusão - que Josaphat questiona - de novas matérias na pauta dos trabalhos do Congresso Nacional

O ato de convocação extraordinária do Congresso assinado pelos presidentes do Senado e da Câmara, um dia depois da mensagem do presidente da República no mesmo sentido, provocou polêmica na sessão de ontem. "A meu ver, a dupla convocação envolve grave inconstitucionalidade", afirmou o senador Josaphat Marinho. Em

resposta, o presidente do Senado, José Sarney, garantiu que a Constituição não proíbe essa solução, adotada para incluir itens não previstos na mensagem presidencial.

O assunto foi debatido também pelos senadores Epitácio Cafeteira, Geraldo Melo, Roberto Freire, José Fogaça, José Eduardo Dutra e Elcio Alvares. **Páginas 2 e 3**

Osmar quer proteger pesquisa agrícola

Embora reconhecendo que a proposta de emenda constitucional que permite a reeleição do presidente da República deve predominar entre as discussões do Legislativo na convocação extraordinária, o senador Osmar Dias (PR) alertou ontem os parlamentares para a importância da Lei de Proteção de Cultivares - variedades de plantas -, cujo projeto também está na pauta de votações.

Sustentando que essa matéria terá influência no futuro de todos os brasileiros, Osmar afirmou que o assunto não repercutirá apenas na vida dos pesquisadores, pois definirá o padrão de vida dos cidadãos do País. Conforme o senador, há anos os investimentos públicos em pesquisa vêm caindo no Brasil, e não adianta o País pensar em abertura econômica se os orçamentos do setor continua-



Osmar Dias

rem tão irrisórios.

Osmar disse que, no Paraná, um pesquisador ingressa na carreira com salário de R\$ 588,00, recebendo no final da carreira R\$ 1.159,00. Para o senador, "é evidente que um profissional desses não tem nenhum estímulo para colocar em prática seus conhecimentos científicos, que seriam valiosos na propulsão do desenvolvimento".

O senador defendeu a apro-

vação de uma legislação que garanta ao pesquisador a proteção do direito de invento, visto que o assunto é uma derivação da Lei de Patentes. Afirmou também que são graves as consequências da pirataria nesse setor e lembrou que os países desenvolvidos detêm hoje 98% do conhecimento tecnológico do mundo.

Ele lamentou que a matéria não tenha sequer sido discutida no Parlamento, e sustentou que esse é o momento de ela ser aprovada, com algumas emendas que propore em plenário. "Essa lei deve salvaguardar o desenvolvimento de nossa agricultura, mas sobretudo o padrão de vida dos nossos cidadãos", disse.

Em apartes, os senadores Fernando Bezerra (PMDB-RN), Romeu Tuma (PSL-SP) e Valmir Campelo (PTB-DF) apoiaram a posição de Osmar Dias.

Senadores pedem apoio a vítimas das enchentes

Francelino, Elcio e Benedita defendem ação em defesa das populações atingidas. Página 4

Josaphat questiona "dupla convocação"

Mas Geraldo Melo lembra que Poderes são independentes, enquanto Roberto Freire e José Fogaça defendem ato dos presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados

O senador Josaphat Marinho (PFL-BA) questionou ontem a legitimidade do ato de convocação extraordinária do Congresso de iniciativa dos presidentes do Senado e da Câmara, assinado um dia depois da convocação feita pelo presidente da República. Para Josaphat, o artigo 57 da Constituição não permite o que ele entende ser "dupla convocação". Depois de alertar que o assunto poderá ser levado ao Supremo Tribunal Federal, o senador sugeriu que a questão seja apreciada em sessão do Congresso.

Josaphat ponderou que, se fosse admitida dupla convocação, "haveria a possibilidade de criação do caos" num momento de crise entre o Executivo e o Legislativo, com o presidente da República convocando o Congresso



Josaphat Marinho



Geraldo Melo



Roberto Freire



José Fogaça

para discutir um assunto de seu interesse e o Congresso se autoconvocando para decidir matérias diferentes. "A meu ver, a dupla convocação envolve uma grave inconstitucionalidade", assinalou o senador.

Assim, conforme Josaphat, deve prevalecer o ato do presidente da República publicado dia 19 de dezembro, o qual não incluiu nas discussões e votações da convocação extraordinária a emenda constitucional da reeleição. Já na convocação feita no dia

seguinte pelos presidentes do Senado e da Câmara consta a reeleição entre os itens a serem discutidos. Pelo mesmo artigo 57 da Constituição, os deputados e senadores só podem discutir e votar os assuntos constantes de qualquer ato de convocação, observou.

INDEPENDÊNCIA

Já o senador Geraldo Melo (PSDB-RN) afirmou que, a prevalecer a posição de que só é válida a convocação feita em primeiro lugar, o presidente da República ganharia poderes para impedir o

Congresso Nacional de decidir sobre que assuntos quer votar na convocação extraordinária. Isso, conforme Geraldo Melo, iria ferir o dispositivo constitucional que afirma serem os três Poderes da República independentes, mas harmônicos.

Os senadores Roberto Freire (PPS-PE) e José Fogaça (PMDB-RS) também manifestaram opinião favorável ao ato dos presidentes do Senado e da Câmara que acrescentou o item reeleição na pauta de discussões.

Sarney: Constituição permite incluir novos itens

O presidente do Senado, José Sarney, afirmou que a Constituição não proíbe a convocação extraordinária do Congresso, ao mesmo tempo, pelo presidente da República e pelos presidentes da Câmara e do Senado. Esclareceu que ele e o presidente da Câmara dos Deputados assinaram o ato de convocação para acrescentar itens à lista de assuntos que acompanha o ato de convocação do presidente da República.



José Sarney

Sarney contestou Josaphat Marinho, o qual considerou inconstitucional a "dupla convocação" do Congresso.

so. O presidente do Senado lembrou que o inciso II do parágrafo 6º do artigo 57 da Constituição diz que a convocação extraordinária pode ser feita "pelo presidente da República, pe-

los presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, ou a requerimento da maioria dos membros de ambas as Casas".

Para Sarney, se a intenção dos constituintes de 88 fosse impedir o Congresso de acrescentar itens à pauta de convocação feita pelo presidente da República, haveria uma segunda palavra "ou"

no inciso. Assim, os constituintes teriam escrito que a convocação seria feita "pelo presidente da República ou pelos presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal". Como não existe a palavra "ou", não há o sentido excludente mencionado por Josaphat Marinho, na interpretação do

presidente do Senado.

- Assinamos o ato em absoluta consonância com o espírito de que o Congresso Nacional pode incluir matérias que não estejam na convocação do presidente da República - assinalou José Sarney. Ele disse ainda que isso já foi feito anteriormente e não houve contestação.

Agenda do Dia

PRESIDENTE
Senador José Sarney

10h - Despachos internos
11h - Recebe o ministro da Saúde, Carlos Cesar Albuquerque
14h30 - Preside sessão não deliberativa do Senado

PLENÁRIO

14h30 - Sessão não deliberativa do Senado

Cafeteira anuncia que PPB decide hoje se recorre ao STF

Já Eduardo Dutra pergunta por que CPI dos títulos públicos não foi incluída e recebe informação de que não houve consenso das lideranças

O senador Epitácio Cafeteira (MA), líder do PPB, informou ontem que o seu partido se reunirá hoje para decidir se recorrerá ao Supremo Tribunal Federal contra o ato dos presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado que convocou o Congresso extraordinariamente depois de mensagem assinada pelo presidente da República com o mesmo objetivo.

Cafeteira apoiou inteiramente a posição de Josaphat Marinho (PFL-BA), que considerou inconstitucional o ato dos presidentes do Senado e da Câmara. O líder do PPB pediu na



Epitácio Cafeteira



José Eduardo Dutra

sessão de ontem que as presidências do Senado e da Câmara considerem sem efeito a convocação que fizeram. "Estamos diante de uma convocação prejudicada. E não se alegue praxes ou precedentes, porque, se existirem, eles não criam jurisprudência nem se justificam em face da letra expressa da Constituição", afirmou Cafeteira.

O senador José Eduardo

Dutra (SE), líder do PT, quis saber do presidente José Sarney por que ele e o presidente da Câmara não incluíram na convocação a continuidade da CPI que investiga irregularidades na emissão de títulos estaduais para pagamento de precatórios. Sarney explicou que só foram colocadas na lista matérias de consenso das lideranças no Senado. No caso da CPI, o líder do governo no Senado, Elcio Alves (PFL-ES), não concordou em incluí-la na convocação, admitindo, contudo, que os líderes partidários podem se reunir para re-discutir a inclusão da CPI.



Romeu Tuma

Tuma lamenta aumento do uso de drogas

O aumento do consumo de drogas no Brasil e particularmente na capital paulista é "estorrecedor", disse ontem o senador Romeu Tuma (PSL-SP), ao elogiar pesquisa feita pelo Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (Cebrid) e publicada no último final de semana pelo jornal *O Estado de S. Paulo*. Segundo a pesquisa, a cocaína é a droga mais utilizada pelos paulistanos. Comparação com dados relativos a anos anteriores revela que o uso de maconha, solventes e ansiolíticos aumentou no País.

Romeu Tuma lamentou que informações do setor de combate ao narcotráfico dos Estados Unidos voltaram a indicar o Brasil como a principal rota de exportação de cocaína da América Latina, e que traficantes internacionais e os cartéis nigerianos e colombianos estão utilizando aviões e navios para mandar drogas para a Europa e o México.

O senador também elogiou o Departamento Estadual de Narcóticos (Denarc) de São Paulo que, por iniciativa do diretor Marco Antonio Ribeiro de Campos, criou um grupo específico para atuar nas proximidades de colégios das redes pública e particular de ensino. Tuma lembrou que há um número cada vez maior de estudantes envolvidos com drogas.

Jucá sugere maior controle sobre instituições financeiras federais

O senador Romero Jucá (PFL-RR) anunciou ontem que vai apresentar nesta semana projeto de lei determinando que todos os dirigentes de instituições federais ligadas ao sistema financeiro, como Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil, tenham seus nomes aprovados previamente pelo Senado, após uma sabatina realizada pelos senadores.

Esse procedimento, segundo o projeto, deve ser adotado também com rela-

ção aos funcionários do Banco Central encarregados da liquidação de entidades financeiras privadas. Atualmente, apenas os dirigentes do BC têm seus nomes submetidos à aprovação prévia da Casa.

A medida, na opinião de Jucá, vai possibilitar ao Senado condições para fiscalizar a área econômica do governo, que, a seu ver, não exerce qualquer controle sobre a li-

quidação de entidades financeiras e sobre os critérios para a escolha dos funcionários designados para a tarefa. Atualmente, informou Jucá, mais de 500 entidades estão sendo liquidadas extrajudicialmente pelo Banco Central.

Em aparte, o senador Geraldo Melo (PSDB-RN) apoiou a iniciativa de Romero Jucá e propôs a inclusão do mecanismo da quebra do voto de confiança dado pelo Senado. Nesse caso, o interventor ou liquidante, nomeado pelo Banco Central e aprovado anteriormente pela Casa, perderia seu cargo.



Romeiro Jucá

Francelino pede socorro para MG

Senador informa que, por determinação de FHC, o secretário de Política Regional irá a Belo Horizonte tomar conhecimento da situação

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) dirigiu ontem apelo ao governo federal e ao Congresso Nacional para que "medidas objetivas e práticas sejam adotadas com a maior rapidez possível para debelar as crises e tragédias causadas pelas chuvas em Minas Gerais". Ele disse que as inun-



Francelino

dações provocaram desabamentos em cerca de 180 cidades, deixando milhares de desabrigados, e o vale do Rio Doce é a região mais atingida.

- Já tive a oportunidade de falar diretamente com o presidente Fernando Henrique Cardoso sobre o estado de calamidade em que se

encontra extensa área do território mineiro - disse Francelino, informando que, por determinação de FHC, o secretário de Política Regional, Fernando Cação, irá hoje a Belo Horizonte, para tomar conhecimento da situação. Francelino disse ainda ser necessário que se invista "em obras de infra-estrutura, principalmente às margens de rios e estradas".



Júlio Campos

Campos defende mudança no zoneamento

O senador Júlio Campos (PFL-MT) advertiu ontem sobre a necessidade de o governo alterar urgentemente as normas para o zoneamento agrícola, as quais, a seu ver, ao invés de beneficiar, vêm prejudicando o homem do campo e a produtividade do setor.

Segundo o senador, o zoneamento deveria ordenar a atividade agrícola e fornecer segura orientação para obter melhores resultados, "porém essa providência foi comprometida por uma série de erros como a demora na sua elaboração e divulgação, que acabaram por tornar aquelas normas uma peça inútil".

- Em função de tais equívocos, os bancos acabaram não dando credibilidade ao zoneamento, e os créditos foram concedidos sem o seguro rural, ou com este, mas com taxas maiores, prejudicando os agricultores que rezaram pela cartilha do governo - concluiu.

Elcio coloca bancada à disposição

O líder do governo no Senado, Elcio Alvares (PFL-ES), disse ontem que a bancada do Espírito Santo na Casa está preocupada e solidária com as vítimas das enchentes que sacrificam seu estado. "É um problema que toca a todos nós e que está deixando 6 mil famílias desassistidas. O governo do estado está pres-

tando os primeiros socorros, e temos ali um trabalho desenvolvido pela defesa civil, em conjunto com as prefeituras, que por certo vai merecer toda a atenção do governo federal", disse.

- A solidariedade dos senadores da bancada do Espírito



Elcio Alvares

Santo é irrestrita ao governo do estado e principalmente aos prefeitos dos municípios atingidos pelas enchentes. Nossa bancada se coloca inteiramente à dis-

posição do governador e de todos os prefeitos que necessitem de ajuda - afirmou.

Benedita da Silva cobra ações preventivas

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) cobrou ontem das autoridades a adoção de políticas preventivas para minimizar os prejuízos causados pelas tragédias provocadas pelas fortes chuvas que atingem o País todos os anos nesta mesma época.



Benedita da Silva

- Por que dedicar-se insistentemente a paliativos? Por que somente quando a catástrofe mais uma vez se consolida é que se tem notícias de planos, campanhas, ações políticas sempre emergenciais? - indagou a senadora, ao afirmar que ações como a abertura de abri-

gos e a distribuição de remédios, alimentos, roupas e água "limitam-se apenas a tentar minimizar o caos já instalado".

Em aparte, o senador Gerson Camata (PMDB-ES) externou apoio a Benedita da Silva e disse que os governantes esquecem muito rápido as tragédias que ocorrem quase todos os anos.

A SESSÃO DE ONTEM DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELOS SENADORES JOSÉ SARNEY, LEVY DIAS, JÚLIO CAMPOS, ERNANDES AMORIM, VALMIR CAMPELO E JEFFERSON PERES

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares
2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ Eduardo Suplicy ■ Emília Fernandes ■ Ney Suassuna
■ Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia ■ Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

O Jornal do Senado é distribuído também nas vozes da Voz, Varig e Líder que saem de Brasília

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade
■ Editores - Djalma Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso
Diagramação - Sérgio Silva, Wesley Carvalhal e Osmar Miranda
■ Fotos - Célio Azevedo, Mircia Kalume e Adílio Nascimento ■ Revisão: Fernando Varela e Lindolfo Amaral
■ Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal